

Infraestrutura e segurança no Parque Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS

Carmynie Barros e Xavier

Tecnóloga em Gestão Ambiental - IFRS Campus Porto Alegre
(carmynie@gmail.com)

Eduarda Goulart Buchmann

Tecnóloga em Gestão Ambiental - IFRS Campus Porto Alegre
(dudagbuchmann@hotmail.com)

Elisângela Silva Fernandes

Tecnóloga em Gestão Ambiental - IFRS Campus Porto Alegre
(elisfernandes2006@yahoo.com.br)

Felipe De Marchi

Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental - IFRS Campus Porto Alegre
(felipe_demarchi@hotmail.com)

Magali da Silva Rodrigues

Engenheira Química, Doutora em Ecologia (UFRGS). Docente do IFRS Campus Porto Alegre
(magali.rodrigues@poa.ifrs.edu.br)

Simone Caterina Kapusta

Oceanóloga, Doutora em Ecologia (UFRGS). Docente do IFRS Campus Porto Alegre
(simone.kapusta@poa.ifrs.edu.br)

Resumo: O Parque Moinhos de Vento (PMV), fundado em 1972, está entre as áreas verdes mais importantes da cidade de Porto Alegre/RS. Por isso, o presente artigo abordou a elaboração de um diagnóstico de Infraestrutura e Segurança no local. A partir deste estudo, foi verificada a existência dos serviços de segurança, incluindo os itens de infraestrutura e conservação do PMV para uso do público. Foi realizada a aquisição dos dados que, posteriormente foram analisados qualitativamente. A pesquisa elencou alguns aspectos a serem melhorados na infraestrutura e na conservação, como a falta de padronização na sinalização das lixeiras distribuídas; alguns obstáculos no playground, brinquedos sem identificação de faixa etária, escorregadores sem caixa de areia, pouca iluminação; irregularidades no piso; falta de acesso para deficientes ou pessoas com dificuldades de locomoção. Com o tratamento dos dados levantados será possível sugerir aos gestores melhorias em diferentes aspectos do PMV, contribuindo para a Gestão Ambiental do local.

Palavras-chave: Parque Moinhos de Vento, Infraestrutura, Gestão Ambiental.

Infrastructure and safety in the Moinhos de Vento Park, Porto Alegre, RS

Abstract: The Moinhos de Vento Park (PMV), founded in 1972, is among the most important green areas of the city of Porto Alegre-RS, so, this article discussed the preparation of a diagnosis of Infrastructure and Safety on site. From this study, the existence and the qualification of the security services and infrastructure items, maintenance and security of the public goer PMV has been verified. Analyzed qualitatively the interaction of the regulars users of PMV dependencies that outlined views on local security, showing interest in finding ways to eliminate or minimize impacts and vulnerabilities of individuals, environment and furniture. The survey has listed some areas for improvement in infrastructure and conservation, such as the lack of standardization in the signaling of distributed bins; some obstacles in the playground, toys without age identification, slides without sandpit, low light; irregularities in the floor; lack of access for disabled or people with walking difficulties. With the treatment of the data collected will be possible to suggest improvements to managers on different aspects of contributing to the local Environmental Management.

Keywords: Moinhos de Vento Park, Infrastructure, Environmental Management

1. INTRODUÇÃO

O crescimento desordenado das cidades brasileiras e as consequências geradas pela falta de planejamento urbano despertam a atenção dos gestores e da população no sentido de perceber as áreas verdes como componentes dos espaços urbanos (CARVALHO, 1982). Com isso, a presença de áreas verdes em locais públicos é fundamental, visto que este elemento é constituído de extrema importância na composição destes locais, seja pelo contato visual que propicia à população ou pelas funções biológico-climáticas que desempenham (GOMES e SOARES, 2003).

As áreas verdes, em relação as suas características, podem interferir no cidadão e no ambiente urbano de muitas formas, mostrando-se de grande importância para a comunidade, já que este tipo de espaço, atualmente, remete à melhor qualidade de vida (NUCCI, 2001; MASCARÓ e MASCARÓ, 2010).

De modo similar, Andrade (2001) afirma que estes locais são uma forma de refúgio; de valorização do ambiente natural em meio ao construído. Assim sendo, as áreas verdes se tornam referência nos grandes centros urbanos, estando mais associadas à função recreativa, uma vez que propiciam diversos tipos de atividades, tais como caminhadas, jogos e relaxamento, além de funcionarem como ponto de socialização (ANDRADE, 2001; CASSOU, 2009), sendo que há evidências de que o acesso a estas áreas colabora para aumentar os níveis de atividade física (SOARES, 2009).

Considerando a necessidade de espaços mais adequados para a prática de atividade física ao ar livre, bem como para um lazer satisfatório, os parques urbanos, as praças públicas e outras áreas naturais são os locais que apresentam os maiores potenciais para estas finalidades (SOUZA, 2007).

Os parques são caracterizados como um tipo de área verde urbana, pois apresentam predomínio de vegetação (independente do porte) que integram o ambiente construído, além de possuírem outras características naturais. Representam na cidade diferentes funções, sendo as principais: ecológica, estética e lazer (NUCCI, 2001; MASCARÓ e MASCARÓ, 2010).

Conforme Corti *et al.* (1997 *apud* SOARES, 2009), os parques provavelmente estimulam a atividade física por fatores relacionados à motivação. Por conta disso, as pessoas ficam mais satisfeitas com os caminhos compostos de vegetação arbórea do que com os espaços vazios. Ainda, outros estudos apresentam as diferentes vantagens para o bem-estar e a saúde mental, resultantes da prática de atividade física em espaços naturais ou ambientes urbanos constituídos de áreas verdes (REIS, 2001; COLLET *et al.*, 2008; CASSOU, 2009).

Os parques que apresentam condições ambientais adequadas são determinantes na utilização de espaços para o desenvolvimento de atividades físicas e o lazer. Ou seja, podem contribuir na redução da prevalência de sedentarismo e auxiliar na promoção da saúde e bem-estar, além de possibilitar o aumento do nível de atividade física dos frequentadores das diversas áreas verdes disponíveis para o uso (REIS, 2001; COLLET *et al.*, 2008; CASSOU, 2009). Em contrapartida, a má qualidade do ambiente e a insatisfação dos usuários são determinantes ambientais negativos para o uso dos parques, de forma a vir descaracterizar estas funções associadas à qualidade de vida e saúde pública (REIS, 2001; COLLET *et al.*, 2008; CASSOU, 2009).

Cabe ressaltar que a função socioambiental dos parques é alterada principalmente, pela inexistência de equipamentos e condições voltadas ao seu devido uso, por isso a efetiva participação da população está relacionada com incentivos públicos em programas recreativos, culturais, de esportes, lazer e educação ambiental, assim como a adoção, pela administração, de medidas de preservação do patrimônio natural e cultural (GOMES e SOARES, 2003).

Neste contexto, alguns estudos mostram que a boa qualidade social e física destes espaços, como por exemplo, infraestrutura adequada, segurança, facilidade

de acesso e outros fatores positivos, aumentam a possibilidade de frequência das pessoas e, por conseguinte, um comportamento fisicamente ativo (REIS, 2001; COLLET *et al.*, 2008; CASSOU, 2009). Conforme SCIFONI (1994 *apud* GOMES e SOARES, 2003) existem elementos para apropriação dos espaços verdes localizados no meio urbano: Infraestrutura e Segurança. Infraestrutura é apresentada como embasamento para a contemplação do meio natural, uma vez que a Segurança é apontada como limiar para o ambiente se manter equilibrado, com a natureza conservada e preservada (SCIFONI, 1994 *apud* GOMES e SOARES, 2003).

A Infraestrutura e a Segurança em parques urbanos são ferramentas fundamentais para o estudo e para o diagnóstico dos diversos elementos que os compreendem. Servem, também, para a análise do nível de interação e comprometimento dos setores públicos e administrativos envolvidos com os ambientes e aparatos formadores do espaço Parque Moinhos de Vento (PMV).

Assim, o presente artigo objetiva diagnosticar e qualificar os itens de Infraestrutura e Segurança do PMV, com vistas a subsidiar posterior elaboração do Plano de Gestão Ambiental no local. Para isto, foi verificada a existência e a qualificação dos serviços de segurança e itens de infraestrutura. Especificamente o artigo pretende caracterizar as diferentes funcionalidades ambientais, sociais e culturais do Parque Moinhos de Vento; identificando os problemas a serem solucionados na localidade. A amostragem foi realizada entre os meses de setembro de 2013 a maio de 2014, em diferentes dias da semana e em turnos alternados dentro da disciplina de Projeto Integrador III do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental- IFRS – Câmpus Porto Alegre.

2. METODOLOGIA

A Infraestrutura do PMV foi avaliada em sete áreas (Figura 1): área 1, proximidades ao Monumento Castelo Branco; área 2, região do lago até o estacionamento da rua Comendador Caminha; área 3, entorno do Playground; área 4, esquina da rua Comendador Caminha com a rua Mostardeiro; área 5, esquina da rua Mostardeiro com a av. Goethe, até a passarela; área 6, cachorródromo/prédio da

administração; e área 7, quadras esportivas até a rua Dr. Poty Medeiros. Buscou-se abranger a totalidade da área do PMV, que possui cerca de 11,50 hectares.



Figura 1. Representação do Parque Moinhos de Vento, com a identificação das áreas avaliadas, elaborado no programa Quantum GIS, versão 5 (2013).

Em cada área foi verificada a existência e a conservação dos itens relacionados à infraestrutura e à segurança, tais como: estacionamento, monumentos, iluminação, câmeras de segurança, sinalização em placas e lixeiras, sanitários, mesas, bancos, bebedouros, brinquedos para recreação, quadras poliesportivas, sede administrativa, serviços de informação, disponibilidade de bicicletas, rampas de acesso a portadores de deficiência ou com dificuldades de locomoção, playground, dentre outros aparatos.

Já o levantamento das informações acerca da Segurança do PMV nas áreas supracitadas, foi realizado sob uso de dois instrumentos de coleta de dados: diário de campo com relato escrito das observações realizadas e a aplicação de questionários semiestruturados, com 31 questões abertas e fechadas para usuários e 20 para trabalhadores do PMV, caracterizando a presente pesquisa como do tipo mista (qualitativa e quantitativa). A coleta de dados foi elaborada com base na diferenciação de perfis, pautados nas práticas que os agentes atuam nesse espaço

e de forma a constar as principais questões de interesse relacionadas ao meio ambiente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De uma maneira geral, verificou-se que as condições de infraestrutura no Parque Moinhos de Ventos (PMV) apresentam boa conservação. No entanto, foram evidenciados alguns aspectos que necessitam de manutenção, adequação ou ainda ampliação. Destaca-se a carência de iluminação em algumas áreas ou a presença de lâmpadas queimada em postes de iluminação. Esse problema, juntamente com outros motivos, pode colaborar no menor número de frequentadores no parque, no período noturno, devido a promover uma sensação de insegurança no local, conforme destacado pelos usuários (Figura 2). Salienta-se a necessidade da manutenção constante da iluminação, tais como a troca de lâmpadas, bem como uma ampliação do número de postes de iluminação.



Figura 2: Detalhe da iluminação observada no PMV.
Fonte: Alunos do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFRS - Campus Porto Alegre (2014).

Quanto à sinalização interna, evidenciou-se que não existe uma padronização no PMV, sendo que a apresentação das informações é realizada através de diversos aparatos. Como exemplo, pode-se citar a ausência de placas informativas que

identifiquem as espécies vegetais ou, quando as placas existem, devido à falta de manutenção ou substituição, não é possível ler as informações (Figura 3).



Figura 3. Presença da placa, com destaque para a falta de identificação, provavelmente devido à exposição ao tempo.

Fonte: Alunos do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFRS - Campus Porto Alegre(2014).

Em relação às placas de orientação, importantes para a localização de serviços e áreas de lazer, verificou-se que muitas se encontravam danificadas ou pichadas (Figuras 4 e 5).



Figura 4. Placas danificadas.

Fonte: Alunos do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFRS - Campus Porto Alegre(2014).



Figura 5. Mural informativo pichado.

Fonte: Alunos do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFRS - Campus Porto Alegre (2014).

Outro aspecto importante e que foi observado no PMV, é a falta de distribuição uniforme das lixeiras e ausência de identificação do material a ser disposto nos recipientes. Entre as áreas 1 e 5 verificou-se uma maior presença de lixeiras, devido provavelmente a serem as áreas com um maior número de frequentadores.

As questões de acessibilidade também foram observadas no presente estudo, uma vez que a ocupação eficaz das áreas públicas deve incluir a população. Então, espaços do PMV devem ser adaptados às diferentes situações pessoais. Assim, verificou-se que no PMV ocorre uma restrição do seu uso pelos portadores de necessidades especiais (PNE), pois as rampas de acesso, na área interna do parque são pequenas e estreitas, e as rampas de acesso externas apresentam obstáculos (Figura 6). A guia de balizamento ou linha-guia para deficientes visuais apresenta divergências pela forma de sua constituição e disponibilidade, o que acarreta em incoerência com a Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos normatizados na NBR 9050:2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT:

3.24 guia de balizamento: Elemento edificado ou instalado junto aos limites laterais das superfícies de piso, destinado a definir claramente os limites da área de circulação de pedestres, perceptível por pessoas com deficiência visual.

3.26 linha-guia: Qualquer elemento natural ou edificado que possa ser utilizado como guia de balizamento para pessoas com deficiência visual que utilizem bengala de rastreamento.

3.3 piso cromo-diferenciado: Piso caracterizado pela utilização de cor contrastante em relação às áreas adjacentes e destinado a constituir

guia de balizamento ou complemento de informação visual ou tátil, perceptível por pessoas com deficiência visual.

3.34 piso tátil: Piso caracterizado pela diferenciação de textura em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha guia, perceptível por pessoas com deficiência visual.

3.35 rampa: Inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminhamento. Consideram-se rampas aquelas com declividade igual ou superior a 5%.

3.37 rota acessível: Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores etc.



Figura 6. Detalhe da rampa próxima à faixa de pedestres, com a presença de obstáculo.

Fonte: Alunos do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFRS - Campus Porto Alegre(2014).

Importante destacar também, que não foram encontradas orientações sobre telefones de emergências, ou locais a serem procurados, em caso de problemas no parque.

Em relação à presença e conservação de bebedouros públicos, verificou-se que são poucos os bebedouros disponíveis e que muitos apresentam uma precariedade de conservação (Figura 7). Esse aspecto contrasta com a finalidade das áreas, que visam atender o público que usufrui do local para práticas esportivas, uma vez que, é uma questão de saúde pública e para a segurança dos consumidores, garantindo condições favoráveis aos usuários do espaço.



Figura 7. Detalhe do bebedouro e seu estado de conservação.
Fonte: Alunos do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFRS - Campus Porto Alegre(2014).

Neste sentido, os parques devem estruturados e planejados de acordo com o perfil e as necessidades da comunidade, além de serem estabelecidas políticas eficientes de conservação ambiental dessas áreas, já que a beleza da paisagem é conferida pela presença de suas condições naturais, as quais podem também promover bem-estar psicológico no visitante (NUCCI, 2001; MASCARÓ e MASCARÓ, 2010).

Com relação aos equipamentos de lazer e a todo mobiliário urbano que fazem parte da área verde, deve-se reparar todo dano existente e paralelamente, desenvolver campanha educativa aos usuários para uso adequado e proteção dos mesmos. Destaca-se ainda, a cancha de bocha localizada na área 7, que apresentou inatividade, estando abandonada e em processo de deterioração com elevado grau de periculosidade, com presença de tábuas com pregos, e ausência de barreira de contenção ao frequentador e sinalização indicando riscos.

Outro fator envolve os sanitários que estão compreendidos em apenas uma porção do PMV (área 2), fato que restringe os usuários das quadras poliesportivas (áreas 6 e 7) que necessitam fazer deslocamentos até os mesmos, ou seja, além de insuficientes para atender a capacidade de frequentadores do PMV, apresentaram problemas no mobiliário presente.

Segundo define CAVALHEIRO *et al.* (1999):

[...] o espaço urbano ao ar livre, destinado a todo tipo de utilização que se relacione com caminhadas, descanso, passeios, práticas de esportes e, em geral, a recreação e entretenimento; os locais de passeios a pé devem oferecer segurança e comodidade com separação total da calçada em relação aos veículos; os caminhos devem ser agradáveis, variados e pitorescos; os locais onde as pessoas se locomovem por meios motorizados não devem ser considerados como espaços livres.

Nesta lógica, há tipos de espaços livres públicos que são as áreas verdes (sem infraestrutura, mobiliário urbano e paisagismo) e jardins e parques (com infraestrutura, mobiliário urbano e paisagismo), os quais exercem funções de lazer, recreação, ecológica, cultural e demais finalidades, dentro dos aglomerados urbanos. Cavalheiro e Del Picchia (1992) esclarecem que do ponto de vista conceitual, uma área verde é sempre um espaço livre e que o termo espaço livre deveria ser preferido ao uso de área verde. Os autores ainda complementam

Para que os espaços livres possam desempenhar satisfatoriamente suas funções é necessário que sejam abordados de forma integrada no planejamento urbano. Ou seja, que o paisagista tenha sua ação, tanto no nível da —grande paisagem, bem como no nível do planejamento das cidades, sugerindo um adequado ordenamento dos espaços urbanos, visando uma integração da natureza com a cultura do ser humano. (CAVALHEIRO e DEL PICCHIA, 1992).

Uma primeira abordagem, talvez mais recorrente, vê a ideia de uma organização do espaço a partir da distribuição de áreas livres voltadas para o desenvolvimento das atividades humanas no tecido urbano. Tais atividades, notadamente dirigidas ao lazer, à recreação e às práticas esportivas/físicas ao ar livre, seriam a motivação para a criação de parques, praças, *boulevards* e outras tipologias voltadas para o convívio e o lazer, como playground, agregando alguma amenização de caráter ambiental a estes espaços. É uma visão que destaca a primazia do caráter sociocultural do espaço livre. Já uma visão voltada para a integração dos ecossistemas pressupõe a conectividade entre estruturas que promovam a biodiversidade animal e vegetal, a drenagem e outros eventos, garantindo a manutenção dos sistemas envolvidos. Seria uma postura ecossistêmica, onde a base das intervenções priorizariam a manutenção, regeneração e recuperação dos aspectos biofísicos (GALENDER, 2005).

Do total de entrevistados, 71,7% considera a manutenção do PMV adequada. Os que não consideram a manutenção adequada, citam uma maior necessidade de atenção nos fins de semana (maior movimento), os cuidados nos bebedouros (81,4% dos usuários entrevistados dizem não os utilizar pois são sujos, têm receio e acabam trazendo água de casa) e banheiros.

Conforme estudos de Parques Urbanos Municipais de São Paulo - Subsídios para a Gestão (2008, p.85), a partir da análise de aspectos de segurança e manutenção, existe um conjunto de informações que possibilitou verificar que as atribuições dos administradores de parques concentram um amplo escopo de atividades de serviços de segurança e manutenção, à intermediação de todo o tipo de conflitos de usos nos parques, feitos pelos usuários paulistas. O que remete a ideia de conscientização não só da administração do PMV como um todo, mas também dos usuários locais.

Pode-se pensar a conscientização como uma das dimensões que a educação promove na interiorização de conhecimento. Nessa direção, Schwanke (2013) afirma:

Conforme se observa, a educação ambiental não está sob a responsabilidade de apenas um órgão; é entendida como uma prática coletiva que historicamente envolve educação e ambiente [...]. Dessa forma é no âmbito [desses] órgãos gestores que é possível reconhecer os principais marcos legais que normatizam o desenvolvimento de projetos de educação ambiental nas diferentes esferas sociais (SCHWANKE, 2013, p.63)

Sob essa perspectiva, os usuários e a própria administração do PMV, além de apostarem na conscientização do cidadão, havendo inclusive uma sugestão de organizar palestras e convidar moradores e turmas de escolas para aprenderem sobre educação ambiental, idealizam programas e atividades ambientais no PMV, apesar de 91,5% dos entrevistados afirmam jamais terem participado de algum projeto do gênero.

Verificou-se que 46,3% dos entrevistados não sabem aonde encontrar informações sobre o parque. Os demais, em sua maioria, buscam informações junto aos funcionários, na administração, na biblioteca ou procuram na internet. Evidenciou-se um desconhecimento por parte dos entrevistados (68%) sobre a fundação e a história do PMV.

Conforme Souza (2007), o desconhecimento da história do PMV pelos usuários está associado diretamente à falta de projetos e ações que envolvam a sociedade em geral com a área de lazer. O resultado da pesquisa demonstra que a grande maioria dos usuários desconhece a história do parque (68%). A partir desse dado é importante formular estratégias de aproximação do público com a promoção de ações que envolvam educação ambiental, saúde, segurança, arte, cultura, entre outros assuntos pertinentes à realidade do bairro e da cidade, com o objetivo principal de divulgar a história e a origem do Parque.

A exemplo disso está o comentário do usuário: *“eu sei que aqui antes de ser Parque Moinhos de Vento era um estádio do Grêmio, depois eles mudaram para o Olímpico”* (C. A. M.- 36 a 55 anos).

Atrelado a esse contexto está a escassez de grupos de moradores e coletivos engajados à causa que proponham ações mobilizadoras e construtivas, com o propósito de promover continuamente a integração entre usuário e espaço. Conforme Santos (1978, p.47),

o espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total.

Esse fenômeno de distanciamento da população com o parque público pode ser compreendido através das considerações propostas por Borelli e Freitas (2009):

A chave para a compreensão de novas modalidades de uso do espaço urbano reside na idéia de que é possível apontar – num horizonte dialógico e relacional - a existência de novos processos produtores de identidade que não somente interpretam a memória de cada contexto específico, mas conferem significado a nossas experiências cotidianas.(...) Torna-se necessário saber reconhecer a lógica de suas dificuldades e que a crise mais grave nas grandes cidades é a da cidadania, que faz com que sejam perdidos, pouco a pouco, o sentimento dos interesses coletivos e a capacidade de mobilização em torno de projetos comuns (BORELLI e FREITAS, 2009, p. 65).

A não existência dessas iniciativas dificulta a criação do sentimento de pertencimento do local pelos moradores do entorno e visitantes. Segundo Castells (1999), o sentimento de pertença articula a ideia de identidade, não só no sentido de

afirmar as características distintivas do caráter de um grupo ou pessoa, mas também, na perspectiva de resistência ao que ameaça a memória identitária.

De acordo com Dorneles (2006), umas das principais razões para a falta de ações é que a maioria dos parques conta com pouco investimento financeiro pelo órgão que o gerencia, nesse caso a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAM). Essa realidade reflete na falta de divulgação de informações atualizadas sobre o local, como mostra o resultado da pesquisa, em que quase a metade (46%) não sabe onde acessar esses dados. Uma usuária, por exemplo, afirma: “*nunca recebi nenhuma informação sobre o que acontece aqui, há pouco tempo que soube que tinha uma biblioteca infantil ali atrás do moinho. Esse parque não tem muita divulgação*” (M. L. - 22 a 35 anos).

Um dos fatores determinantes para a sensação de insegurança e a não utilização do parque pelas pessoas, durante a noite, é a questão da iluminação. A maioria, por não frequentar a área durante a noite, é indiferente quanto à qualidade da iluminação local. Porém, os que declararam que a iluminação é ruim ou muito ruim frequentariam o PMV à noite se esse aspecto fosse melhorado.

Sobre o cercamento do PMV, a maioria (76%) acredita que não seja necessário, pois, dentre diversos motivos, é um espaço público que deveria ser melhor iluminado, contar com mais segurança, não podendo ser restringido seu acesso universal.

Os que acreditam que é necessário cercar o local (8,3%) argumentam que o cercamento dará sensação maior de segurança aos frequentadores, evitará vandalismo e assaltos, ou flexibilizam afirmando que se deve cercar apenas a área da pracinha, ou apenas durante a noite. Dessa análise, 2,3% são indiferentes ao debate do cercamento, porém outros 13% dos indivíduos entrevistados opinaram sobre situações diversas ao do cercamento. Pensando sobre essa perspectiva, a usuária A.S. (acima de 65 anos) aborda que o cercamento do PMV alteraria funções de uso, “*o parque é público, uso comum, inclusive para quem não tem onde morar*”. Tal afirmação contextualiza a ideia de Magnani (2003), quando define o “pedaço”:

São dois elementos básicos constitutivos do “pedaço”: um componente de ordem espacial, a que corresponde uma determinada rede de relações sociais [...] estão localizados alguns serviços básicos – locomoção, abastecimento, informação, culto, entretenimento – que fazem dele ponto de encontro e passagem obrigatórios. Não basta, contudo, morar perto ou frequentar com

certa assiduidade desses lugares: para ser “pedaço” é preciso estar situado numa particular rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência. (MAGNANI, 2003, p. 115).

Verificou-se, no PMV, que a população provavelmente se sentirá mais segura nos diferentes ambientes do parque quando este for dotado de específicos cuidados com os aparatos, tais como: maior presença de câmeras de segurança, equipamentos em funcionalidade, como bancos e mesas para aproveitamento dos espaços, gramados capinados, árvores de copas altas e muitos outros itens relacionados à conservação, e manutenção dos elementos existentes na área. Elizabeth Barlow Rogers, autora do artigo “Áreas Públicas para a Vida Pública nas Cidades: a gestão das áreas verdes em Nova Iorque”¹, descreve a importância dos espaços públicos para as cidades tanto para questões de revitalização da economia quanto para estabilização de bairros do entorno: espaço público é a alma da cidade, seu mais refinado legado e sua promessa mais querida (RODGERS, 2001 *apud* MENEGAT e ALMEIDA, 2004).

Diante de tal definição, o estudo da Infraestrutura e Segurança do PMV promoveu reflexões quanto à gestão diária da população, materiais e equipamentos, determinando a boa ou má conservação do sistema de parques. Para a aplicação de medidas eficientes, o Regulamento dos Parques Urbanos e Praças (Decreto da Prefeitura de Porto Alegre/RS nº 17.986, de 24 de setembro de 2012), cuja competência fica sob a responsabilidade da SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente da cidade de Porto Alegre/RS, elenca atribuições que servem de orientação à população quanto à utilização dos espaços, bem como, propõe normas administrativas designando práticas a serem desempenhadas por gestores devidamente focados em questões socioambientais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de análise na pesquisa qualitativa, para ser fidedigna, precisa conter os termos estruturantes da investigação qualitativa: compreender e interpretar a experiência, a vivência, o senso comum e a ação social.

¹ O artigo está presente no livro *Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades: estratégias a partir de Porto Alegre*, autoria de Rualdo Menegat e Gerson Almeida cuja primeira edição foi editada pela UFRGS, com 422 páginas, no ano de 2004.

Neste aspecto, o PMV é mantido por funcionários municipais e requer cuidados políticos, culturais, sociais e econômicos por meio das parcerias entre os setores públicos, privados e comunitários. A observação da Infraestrutura e da Segurança do PMV permitiu atingir alguns aspectos buscados nos objetivos da investigação no local. De maneira geral, o PMV apresentou uma boa conservação, embora possua elementos que necessitam de maiores cuidados como as questões de iluminação, sinalização, bebedouros e acesso às diversas áreas.

Muitos foram os flagrantes de comportamentos de depredação ambiental como resíduos espalhados no chão, o não recolhimento dos dejetos de animais e a quebra de patrimônio (pracinha e bebedouros). Ainda assim, mais da metade (54%) dos entrevistados considera a preservação ambiental por parte dos frequentadores do parque como boa, citando entre os comportamentos positivos, as pessoas recolhendo resíduos do chão ou tomando cuidado para não descartar os seus de maneira errada.

Diante do que se propôs, no presente artigo, a Infraestrutura e Segurança do PMV não possui plena fruição dos seus ambientes, o que limita o uso de seus equipamentos e espaços. Ou seja, foram notórias as fragilidades nas instalações, nos serviços e na infraestrutura como um todo. Essa situação está relacionada com boa parte dos frequentadores locais onde afirmam que o cercamento potencializaria a segurança diante da violência.

Sob esse aspecto, e idealizando uma eficiente Gestão Ambiental do PMV, inicialmente existe a constituição de uma proposta desafiadora, na própria construção do objeto de pesquisa. Ou seja, as ferramentas de Gestão Ambiental, bem como os instrumentos que a constitui devem possuir concretos os conceitos teóricos, na execução de um trabalho de campo. O envolvimento garantido no estudo foi revelador ao grupo de pesquisadores, pois fundamentou a construção das relações de observações e de uma narrativa em perspectiva que passou a por fim à narrativa teorizada e contextualizada com viés a contribuir na confecção do bem-estar socioambiental do PMV sem depender estritamente da política pública para providenciar harmonia indivíduo-natureza.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. V. *O Processo de Produção dos Parques e Bosques Públicos de Curitiba*. Curitiba, 2001. 120 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.
- BORELLI, S. H.; FREITAS, R. F.. (Org.). *Comunicação, Narrativas e Culturas Urbanas*. 1ed.São Paulo: EDUC, 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. 2004.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. Tradução Roneide Venancio Majer; São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASSOU, A.C.N. *Características ambientais, Frequência de utilização e nível de atividade física dos usuários de parques e praças de Curitiba-PR*. Curitiba, 2009. 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná.
- CARVALHO, M. E. C. *As áreas verdes de Piracicaba*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1982.
- CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P.C.D.C.D. *Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento*. In. 1º Congresso Brasileiro Sobre Arborização Urbana e 4º Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana. 1992. ANAIS... Vitória. p. 29-38. Disponível em:
<[http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/CAVALHEIRO%20et%20al%20\(1992\).pdf](http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/CAVALHEIRO%20et%20al%20(1992).pdf)>. Acessado em: nov. 2014.
- CAVALHEIRO, F. NUCCI, J.C.; GUZZO, P.; ROCHA, Y.T. Proposição de terminologia para o verde urbano. *Boletim Informativo Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*, Rio de Janeiro: SBAU, ano VII, n.3, p.7, jul./ago./set. 1999. Disponível em:
<[http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/CAVALHEIRO%20et%20al%20\(1999\).pdf](http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs/arquivos/CAVALHEIRO%20et%20al%20(1999).pdf)> Acessado em: nov. 2014.
- COLLET, C. CHIARADIA, B. M.; REIS, R. S.; NASCIMENTO, J. V. Fatores Determinantes para a Realização de Atividades Físicas em Parque Urbano de Florianópolis. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, 13(1): 15-23, 2008. Disponível em:
<<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/viewFile/783/792>> Acesso em: 9 jun. 2013.
- DORNELES, V. G. *Acessibilidade para idosos em áreas livres públicas de lazer*. 2006. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

- GALENDER, F.C. A Idéia de sistema de espaços livres públicos na ação de paisagistas pioneiros na América Latina. *Paisagens em Debate - Revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente*, FAU. USP 3: pg, nov. 2005.
- GOMES, M.A.S.; SOARES, B. R. A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. *Estudos Geográficos*, Rio Claro-MG, 1(1): 19-29, Junho, 2003 (ISSN 1678-698X)
- MAGNANI, J. G. C.. *Festa no Pedaco: Cultura Popular e Lazer na Cidade*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2003. 194 p.
- MASCARÓ, L. J.; MASCARÓ, J. *Vegetação Urbana*. Porto Alegre: UFRGS/FINEP, 3ª Edição, 2010.
- MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. (orgs.); SATTERTHWAITE [et al]: *Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades: estratégias a partir de Porto Alegre*. Porto Alegre. 1ª Edição: UFRGS, 2004.
- NUCCI, J.C. *Qualidade Ambiental e adensamento urbano*. São Paulo: FAPESP, 2001.
- PORTO ALEGRE. Decreto nº 17.896, de 24 de setembro de 2012. Altera o anexo do Decreto nº 11.929, de 9 de março de 1998 – que aprova o *Regulamento dos Parques Municipais* – e revoga o Decreto nº 15.343, de 30 de outubro de 2006 – que dá nova redação ao anexo do Decreto nº 11.929, de 1998 – alterando o Regulamento dos Parques Urbanos e Praças.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a geografia crítica*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- SCHWANKE, C. (org.). *Ambiente: conhecimentos e práticas*. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- SOARES, H. H. O. *A Promoção da Saúde através da Atividade Física em Ambientes Naturais: Um estudo com mulheres adultas residentes na zona leste da cidade de Manaus*. Porto, 2009. 109 p. Dissertação de mestrado em atividade física e saúde - Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- SOUZA, J.M.N. *Atividade Física ao Ar Livre e Parques Urbanos*. Porto, 2007. 52 p. Monografia em Educação Física – Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.